

Ata da reunião do Cluster de proteção
19 de maio de 2021
Ata



Organizações Participantes: UNFPA, ACNUR, UNICEF, IOM, CARE, Save the Children, World Food Program, Oxfam, ProCap, GenCap, OHCHR, HelpAge, HelpCode, Translators Without Borders, FAMOD

Co-apresentadores: GBV AoR, CP AoR e WG de Deficiência, Grupo de Proteção em Cabo Delgado, Grupo de Trabalho de Proteção em Nampula.

Ponto da Agenda	Discussões	Pontos de ação
1. Introdução pelo Coordenador do Cluster de Proteção Nacional	<p>O Coordenador de Cluster de Proteção Nacional:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Hugo Reichenberger - reichenb@unhcr.org - WhatsApp: +436767382227 <p>Atualizações do Protection Cluster:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Resposta de Palma: Os deslocados internos continuam a chegar em barco em Pemba. Eles demonstraram um alto grau de vulnerabilidade. As infraestruturas leves de proteção ainda são muito fracas e precisam de ser reforçadas. Ainda são necessárias respostas de proteção adequadas, como gestão de casos, espaços amigos da criança, entre outros. Além dos atores de proteção, a VBG foi observada, separação familiar e graves violações dos direitos humanos em áreas às quais não temos acesso. O que é necessário é advogar para que esses serviços sejam fortalecidos e reforçados. Para responder às múltiplas necessidades observadas no terreno: foram criadas unidades de proteção de emergência para responder aos deslocados internos. Assim que é anunciada a chegada dos barcos, as “EPU’s” são mobilizadas e rapidamente despachadas no terreno para identificar e responder às pessoas com necessidades específicas. Tem havido um numero cada vez maior de barcos chegando a Pemba. Porém, é o que normalmente se tem observado no passado, com menor número de barcos chegando no início e um alto número de chegadas de barcos posteriormente. Também recebemos relatos de que os mais vulneráveis tiveram que pagar para estar nesses barcos.	

	<p>Também observamos como a falta de coordenação pode impactar a situação de proteção de quem chega.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Uma recente missão a Mueda / Negumano identificou um grande número de moçambicanos que não podem entrar na Tanzânia e pedir asilo. Infelizmente, uma vez na Tanzânia, eles não podem pedir asilo. Uma nota informativa recente do ACNUR foi preparada sobre o assunto. Os colegas que estão em Mueda / Negumano entrevistaram uma amostra das pessoas recuperadas e descobriram que cerca de 60% das pessoas desejam regressar à Tanzânia. É aqui que eles acreditam que encontrarão asilo e segurança. Tem-se ouvido cada vez mais: que existe o receio de permanecer em Cabo Delgado. É por isso que muitos deles preferem ir para a Tanzânia a busca de segurança. ▪ Inquérito de Intenção: no Centro Desportivo, 43% desejam regressar a Palma mas não o podem fazer neste momento devido à situação ainda não esclarecida. 100% que saem do centro mudam para outros bairros. 29% preferem ir para algum lugar onde se sintam mais seguros, 8% para Nampula e 4% para Niassa. Dos que pretendem ficar em Cabo Delgado, 47 pretendem ir para Chiure e é por isso que hoje as autoridades organizam um movimento para Montepuez e de Mueda / Negumano para o Centro Desportivo. O Levantamento de Intenção Rápida do Centro Desportivo pode ser encontrado aqui. O Protection Cluster tem defendido que o Centro Desportivo não feche - em vez disso, continue a ser uma solução para os deslocados internos vulneráveis que chegam sem outra solução à vista. ▪ Inquérito de avaliação rápida do INGD - 72 horas após um ciclone: O INGD está revisando uma ferramenta pós-ciclone de 72 horas. Aqueles que estavam na resposta de Eloise devem se lembrar que houve uma avaliação organizada após o desembarque. Por este motivo, uma revisão da ferramenta de 72 horas foi organizada pelo INGD em conjunto com o OCHA. O Protection Cluster participou do evento e forneceu algumas contribuições em nome dos parceiros de proteção. Finalmente, os comentários dos dois AoR (GBV e CP), bem como do Grupo de Trabalho sobre Pessoas com Deficiências (WG PcD) foram compilados e enviados ao INGD. 	
<p>2. Atualização do PWG de Nampula</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dados populacionais em Nampula: 64.000 deslocados internos (de acordo com o governo) e 70.000 (de acordo com o OCHA). Muitos dos habitantes de Nampula 	

	<p>são abrigados pela comunidade anfitriã. O único local formal do IDP é em Corrane. Corrane está hospedando cerca de 3.172 deslocados internos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Missão de alto nível do INGD para Corrane: o presidente do INGD visitou Corrane pela segunda vez. Durante a reunião levantamos a importância da coordenação dos parceiros de proteção em Nampula. O presidente do INGD encontrou-se com parceiros de proteção em Nampula e visitou Corrane. O presidente do INGD agradeceu às diferentes organizações que se apresentaram na reunião e solicitou-nos que continuássemos a coordenação com o INGD. • Avaliação conjunta em Corrane: Foi organizada uma avaliação da proteção por meio de uma visita domiciliar. A necessidade de vários NFIs (utensílios domésticos, colchões de dormir e redes mosquiteiras), medicamentos e fortalecimento das estruturas comunitárias. • 5W: continuamos a monitorar os parceiros e a ter caminhos de referência consolidados. • Reassentamento: cerca de 106 famílias foram reassentadas de Nampula para Corrane. Em coordenação com o INGD e os clusters, estamos trabalhando na distribuição de NFIs para os deslocados internos. • Campo de refugiados de Maratane: existem famílias deslocadas que chegaram no assentamento de refugiados de Marratane com graves necessidades médicas. <p>Pergunta do FAMOD:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em Nampula não existe um grupo de trabalho para deficientes, no entanto, existem vários parceiros a trabalhar em Nampula. Questionou-se se havia alguma colaboração com a ONG “Sight Savers”, o que foi confirmado. Se existem números de PcD em Nampula: os números ainda estão a ser trabalhados em Corrane. Três IDPs com necessidades de MHPSS foram identificados, bem como 18 PcD em Corrane. • Desafios no acesso à educação em Nampula: A Save the Children tem estado a acompanhar esta questão. 	
<p>4. Atualização do AoR do GBV</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução ao GBV IMS Plus: pelo coordenador Global GBV IMS na última reunião GBV. A apresentação foi feita na última reunião de Coordenação da VBG. Nosso próximo passo é se houver algum parceiro interessado em participar, ele será avaliado. • Aumente a implementação em GBV IMS: fortaleceremos nossos sistemas de gerenciamento de casos com parceiros. Isso é algo que está funcionando e 	

	<p>continuará atualizando o cluster de proteção e aumentará o gerenciamento de casos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • SAG:Também conseguimos enviar os ToR para o Grupo Consultivo Estratégico do Subconjunto. Já vimos algum interesse de dois sócios. O SAG é para nos ajudar a fortalecer nosso mecanismo de coordenação. <p>Pergunta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rotas de referência: fornecidas pelos parceiros AoR ACNUR: Montepuez, Chiure, Metuge e Ancuabe. Estes foram fornecidos por todos os parceiros. 	
5. Atualização do CP AoR	<ul style="list-style-type: none"> • CP de Cabo Delgado: Reunião de Proteção à Criança ontem, discutimos sobre o 5W e o sistema de gestão de informação. O sistema de IM desenvolvido foi o mapa de quais são os parceiros e quais dos parceiros estão operando, incluindo a meta de indicadores que serão compartilhados entre todos os parceiros do cluster de proteção. • Ferramenta de gerenciamento de caso: tivemos um treinamento em abril, então coletamos as informações. Agora temos que finalizar essa ferramenta, o CP IMS Plus. Isso está sendo discutido sobre como trabalhamos em estreita colaboração com o IOM / DTM para ver como podemos refinar a coleta de informações do UASC. <p>Questões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • UASC: o número de UASC é fornecido pelo DTM. Agora estamos discutindo como podemos verificar esses dados e ver como eles podem ser úteis para o AoR do CP. A IOM e a AVSI estão discutindo como rastrear e identificar aqueles UASC em Palma que estão em Ibo para fornecer serviços. Estamos discutindo em colaboração com o IOM. 	
6. WG para atualizações de PWD <i>(Observe que essas atualizações foram compartilhadas por e-mail posteriormente pelo presidente do WG para PWD - FAMOD)</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grupo de Trabalho de Deficiência: Você pode confirmar isso, eu certificaria que o WG foi oficializado dentro do ICCG - uma reunião estendida para a qual todas as organizações de proteção serão convidadas. Esta reunião irá compartilhar informações sobre a inclusão de pessoas com deficiência e, com certeza, distribuiremos o convite. Quero atualizar nossos planos de advocacy. ▪ Instruindo os doadores: planejamento para informar os doadores e chamar a atenção para programas de financiamento. ▪ Cluster de proteção: contribuindo para o Comitê de Direitos Humanos da ONU. 	
7. OHCHR	UPR	<ul style="list-style-type: none"> • Recomendações do Comitê de

	<ul style="list-style-type: none"> • UPR: Moçambique no dia 4 de maio foi analisado no UPR. Cada país é avaliado por outros estados. Esta é a terceira vez que Moçambique é revisto. Foi muito oportuno que a revisão caísse este ano e permitiu que o conflito fosse incorporado à discussão. 106 Estados intervieram, 266 recomendação a Moçambique. Uma coisa a sinalizar: o conflito foi muito apresentando a revisão. Cerca de 40 recomendações foram focadas no conflito, abordando uma ampla gama de questões. Eles tocam tudo em que trabalhamos. Garantir a proteção de civis e deslocados internos, garantindo o acesso, a importância de garantir o acesso a serviços essenciais, o respeito pelos padrões (RH ou DIH), os grupos armados não estatais, a exploração sexual, o acesso à imprensa, a proteção dos defensores dos direitos humanos e trabalhadores humanitários, havia outras considerações, inclusive em torno das mudanças climáticas e resiliência. Algumas recomendações sobre WASH, com enfoque no acesso aos serviços, enfocando alguns grupos, nomeadamente mulheres rurais, direitos e acesso. Pessoas idosas. O que faltou foi a segurança alimentar, habitação e abrigo, e os jovens, que são elementos importantes no norte. Essas recomendações são uma porta de entrada para as autoridades. É uma forma de engajar e abrir oportunidades de advocacy. Em Moçambique, existem algumas questões que foram abordadas na última revisão e que Moçambique queria mostrar que estava a progredir. Essas recomendações são uma porta de entrada para as autoridades. É uma forma de engajar e abrir oportunidades de advocacy. Em Moçambique, existem algumas questões que foram abordadas na última revisão e que Moçambique queria mostrar que estava a progredir. Essas recomendações são uma porta de entrada para as autoridades. É uma forma de engajar e abrir oportunidades de advocacy. Em Moçambique, existem algumas questões que foram abordadas na última revisão e que Moçambique queria mostrar que estava a progredir. • Procedimentos Especiais da ONU/Special Rapporteurs (SR): eles trabalham a título independente, em março enviaram um comunicado conjunto ao Governo de Moçambique - enviam um comunicado sobre uma série de comunicações sobre direitos humanos. Esta comunicação foi liderada pelo SR sobre deslocados internos e incluiu sete outros SR. Esta comunicação após dois meses torna-se pública. Isso foi compartilhado com o HCT e com o cluster de proteção mais amplo. No entanto, o governo ainda não deu uma resposta, mas também permite uma influência mais ativa do RS, que continuará a se engajar. Houve algumas 	<p>Direitos Humanos: envie seus comentários.</p>
--	---	--

	<p>perguntas que foram solicitadas pelo RS. eles estão perguntando quais são as medidas tomadas para considerar soluções duráveis, como eles estão incluindo deslocados internos na realocação, questões de reunificação familiar, como estão as pessoas com deficiência e geralmente vulneráveis que são deixadas nas áreas de conflito / evacuadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comitê de Direitos Humanos: O ICCPR é o instrumento mais ratificado da ONU. Alguns são considerados direitos consuetudinários e aplicáveis a todos os estados. É uma ferramenta de advocacia de oportunidade bastante importante no contexto de Moçambique. Trata-se de participação, liberdade de imprensa, questões em torno da vida se preserva ou não. Questões sobre o devido processo legal e o devido julgamento. É muito transversal e inclui princípios-chave de não discriminação. O que vai acontecer é que a comissão em julho fará a pergunta. Estas são as principais questões orientadoras. 	
8. Tradutores sem Fronteiras	<p>Apresentação de Tradutores Sem Fronteiras. Por favor, encaminhe suas perguntas para Alice Castillejo, Consultora do Programa, alice@translatorswithoutborders.org</p>	
9. Introdução ao ProCap	<ul style="list-style-type: none"> • O IASC gerencia um grupo de especialistas em Proteção - e o RC / HC solicitou que um especialista seja destacado para Moçambique. A ideia é dar suporte às diversas agências presentes no país. O ProCap anterior trabalhou com diferentes agências para desenvolver um roteiro para alcançar o que é o principal resultado: a centralidade da proteção. Estaremos trabalhando em diferentes níveis - no HCT e ICCG, e no Cluster de Proteção. O cronograma será de alguns meses e a estrutura de dois a três anos. E-mail é scipione69@gmail.com 	